

# CETICISMO E EDUCAÇÃO, POR QUE NÃO?

*Vinicius Cezar Bianchi*

Universidade Federal de Pelotas

## 1. Introdução

Na obra *Ensaio Cético* de Bertrand Russel, o filósofo apresenta em pequenos discursos uma concatenação de ideias sobre o valor da posição cética nas mais variadas questões políticas, morais, epistemológicas, entre tantas outras; no entanto, este artigo se debruça apenas na questão da didática e da “moral” cética. O conceito de “moral” cética deve ser entendido aqui como uma espécie de prescrição de juízos acerca da veracidade de proposições de qualquer tipo de conhecimento. Vale ressaltar que o filósofo Bertrand Russel não propunha a dúvida cética de modo a colocar em xeque todo tipo de conhecimento, mas sim, proporcionar a quem desejasse seguir suas orientações, um guia prático para uma conduta mais racional.

Existem assuntos sobre os quais há concordância entre os pesquisadores; as datas dos eclipses poder servir de ilustração. Existem outros assuntos sobre os quais especialistas discordam. Mesmo quando todos os especialistas concordam, também podem estar enganados. Há vinte anos, a visão de Einstein da magnitude da deflexão da luz pela gravitação teria sido rejeitada por todos os especialistas, e ainda assim provou estar certa. Mas a opinião dos especialistas, quando unânime, deve ser aceita pelos leigos como tendo maior probabilidade de estar certa quanto a opinião contrária. O ceticismo que advogo corresponde apenas a: (1) quando os especialistas estão de acordo, a opinião contrária não pode ser tida como certa; (2)

quando não estão de acordo, nenhuma opinião deve ser considerada correta por um não-especialista; e (3) quando todos afirmam que não existem bases suficientes para a existência de uma opinião positiva, o homem comum faria melhor se suspendesse seu julgamento. Essas proposições podem parecer moderadas; no entanto, se aceitas, revolucionariam de modo absoluto a vida humana.<sup>11</sup>

Como o texto acima citado, Russel não deixa dúvidas que ao se universalizar tais prescrições éticas, o que ele denomina homem comum, estaria munido de certa garantia para orientar o seu senso e, conseqüentemente, melhor deliberar sobre sua vida.

O que se pretende investigar neste trabalho, é se tais prescrições poderiam ser implementadas como uma metodologia de ensino, assumindo alguns objetivos para educação.

## 2. A educação e o Ceticismo

O modelo educacional aplicado hoje no ‘mundo moderno’ se encontra disposto muito diferente de um dos primeiros “modelos” usados na antiguidade pela civilização grega, onde a educação não estava desvinculada da instrução cívica e moral. O jovem que aceitasse receber o conhecimento (de um sofista), recebia também uma instrução de conduta, uma espécie de direcionamento para a vida adulta. Em grande parte, esta instrução estava voltada em fornecer ferramentas para se tornar um exímio orador e detentor de uma boa retórica para ágora, e, conseqüentemente, maior prestígio político. Talvez este seria o principal objetivo dos primeiros professores assalariados que temos notícias: formar cidadãos que sejam capazes de atuar politicamente. Pode-se dizer que embora os Sofistas tenham sido duramente criticados por seus contemporâneos, eles foram a primeira forma profissional de ensino.

---

<sup>1</sup> RUSSEL, Bertrand. *Ensaio Céticos*. P 16

Já os sofistas haviam feito do saber uma profissão, devendo portanto exigir uma compensação para que pudessem viver e difundi-lo viajando de cidade em cidade<sup>2</sup>

Porém, desde os primórdios dos modelos didáticos de educação, digamos que houveram posições “céticas” de suas implicações. Devido aos diálogos de Platão, como por exemplo Górgias, observamos através da figura de Sócrates e seu modelo dialético, que uma certa desconfiança que resulta em ironia - ou olhar cético - indaga quanto ao saber dos Sofistas, sendo que embora ele próprio não sabia de muita coisa, os outros (Górgias, Polo, Cálicles) também não estavam tão certos de seu saber.

Afinal não seria então Sócrates uma espécie de primeiro cético da educação? Teria ele se tornando um opositor de um sistema de ensino que funda o Niilismo e uma retórica despreocupada com a verdade, que foi o de Górgias (“O que parece a mim, é para mim, o que parece a ti, é para ti”) e que lhe custou a morte? A máxima socrática, “só sei que nada sei”, não seria então um princípio de seu “ceticismo”, como porta de entrada para uma investigação mais apurada de uma possibilidade do conhecer? Talvez seja.

Se levar em consideração o conceito de “ceticismo” como as proposições prescritas por Russel, e não como o fundador desta corrente, Pirro de Élide, pode-se supor que sim. Conta-se que um certo dia Pirro, ao se deparar com seu professor preso com a cabeça em um buraco, sem poder se libertar sozinho, contemplou-o e depois de algum tempo foi embora, argumentando consigo mesmo que não havia razões suficientes para acreditar que faria a ele um bem, livrando-o.<sup>3</sup> Não é deste tipo de ceticismo radical que deseja-se usar como base para metodologia pedagógica. Se assim fosse, os estudantes de qualquer disciplina nunca estariam dispostos a assumir certos pressupostos e,

---

<sup>2</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: antiguidade e idade média*. P 75

consequentemente, não passariam de agentes passivos na sociedade, onde não seriam capazes de tomar uma só decisão, e quem sabe até chegando ao ponto de não se levantar da cama pela manhã. Citar a dialética socrática, como instrumento para a maiêutica - dar à luz as ideias -, é talvez falar de um dos primeiros modelos de investigação “cética”, onde seu exemplo prático foi seu maior legado. Os que com ele aprenderam, ficaram munidos de ferramentas investigativas, dispostos, assim como o mestre, a adentrar em terrenos do saber inóspitos com cautela; a segunda grande navegação de Platão, e a “descoberta” da metafísica seriam um bom exemplo do quanto tais ferramentas estiveram afiadas nos seus discípulos.

### **3. O Estado e a Educação**

Deixando um pouco de lado a investigação do ceticismo como modelo didático, é mister que se atente para uma leitura rápida sobre um cenário que aos poucos foi aniquilando uma metodologia de incitação à investigação livre, para ser substituída por um sistema homogêneo de ensino, voltada a atender demandas de interesses de Estado.

Nota-se o quanto a filosofia foi rica em produção na antiguidade, graças a liberdade investigativa, que ficava a cargo dos sofistas e filósofos, e onde o Estado propriamente dito, não interferiu; os professores eram profissionais liberais, e não funcionários de um sistema político. Educadores formavam pensadores políticos, e não eram os políticos que formavam educadores. A autonomia de desenvolvimento esteve presente mesmo durante a idade média, onde a educação só foi valorizada pelo clero. O desenvolvimento da educação por iniciativa do Estado é algo recente. Somente no Renascimento é que surge o interesse em uma educação laica, antes disso, a educação era uma exclusividade voltada a atender as demandas intelectuais da igreja. No fim da idade média e

início da modernidade a vontade de se criar uma educação livre do clero, surge com a criação de instituições como Collège de France que se oporia, por exemplo, à eclesiástica Sorbonne. Com as reformas políticas que ocorreram pouco a pouco em toda a Europa, a educação foi planejada pelos Estados como um método de enfraquecer a influência do Clero sobre as instituições de ensino. Este intento de países como a França e a Alemanha, só obtiveram real êxito quando o ideal de uma educação em massas foi de que nenhum país seria realmente democrático ou civilizado a não ser que todos os seus cidadãos soubessem ler e escrever; este processo que se inicia com a queda de monarquias e perdura até hoje com a implementação de ideias democráticas em constituições, ou seja, o interesse dos Estados pela educação em massa, deixou para trás a autonomia que víamos na Antiguidade e Medievo e, contemporaneamente, os professores deixaram de ter discípulos e passaram a ser funcionários que implementam uma metodologia e conteúdo que visem interesses de alguns líderes políticos.

Embora a educação voltada para atender demandas tecnológicas do conhecimento seja legítima em partes, - afinal técnicos e especialistas são fundamentais para os preceitos da modernidade -, é lamentável que ela tenha se tornado apenas isto; e todo o conteúdo não técnico (o ensino não profissionalizante, ou educação básica), desperta o interesse das “democracias” por implicar em vantagens comerciais, como por exemplo a redução da criminalidade juvenil, o aumento do consumo pela propaganda - que a população alfabetizada podia ler -, assim como divulgações de ideias mais rapidamente em prol de sistemas de governos (Brasil, ame-o ou deixe-o) como por exemplo o nacionalismo. O governo prussiano foi um exemplo de sucesso; a metodologia aplicada foi vanguarda para o resto do mundo.

Mas, a democracia, tal como concebida pelos políticos, é uma forma de governo, ou seja, é um método para induzir as

pessoas a agirem de acordo com o desejo de seus líderes, com a impressão de que suas ações estão em conformidade com suas aspirações. Do mesmo modo, a educação estatal adquire uma certa influência. Ensina o jovem (até onde possa) a respeitar as instituições existentes, a evitar toda a crítica fundamental aos poderes instituídos e a olhar as nações estrangeiras com desprezo. Isso expande a solidariedade nacional à custa do internacionalismo e do desenvolvimento individual. O dano causado ao desenvolvimento individual advém da pressão indevida da autoridade.<sup>3</sup>

Como se nota, a educação muito recentemente deixou de ser privilégio de uma demanda intelectual: primeiramente foi vinculada à atividade política e investigação filosófica na antiguidade, depois, para a demanda intelectual da igreja e, por fim, à educação para massas que quer atender demandas de consumo e interesses comerciais impostos por líderes, que não vêm no ensino nenhum tipo de atividade existencial, e somente atividades práticas visando um fim, que é a ascensão de classe social e, conseqüentemente, o aumento do consumo. Como então, neste cenário, demonstrar aos jovens que talvez o sistema educacional no qual ele está inserido, está tolhendo sua liberdade de escolher outros modos de vida, e empurrando-os pouco a pouco para se tornarem uma identidade coletiva que foi idealizada por alguns homens que têm interesses bem específicos? E talvez mais importante de como dizer a eles, é dizer a eles que a educação pode ajudá-los a firmar seus axiomas existenciais, sem ao menos cair em uma contradição, sendo que esta mesma “educação” tem o intuito de impor-lhes um modo de ser e de se estar? Em outras palavras, como fornecer-lhes liberdade, sem se impor esta liberdade? Como incitar uma investigação sem impor uma única possibilidade de se conhecer? A resposta é a metodologia cética.

#### 4. Metodologia Cética.

---

<sup>3</sup> RUSSEL, Bertrand. *Ensaio Céticos*. P 172

Ao retomar uma das prescrições céticas de Russel:

(1) Quando os especialistas estão de acordo, a opinião contrária não pode ser tida como certa; (2) quando não estão de acordo, nenhuma opinião deve ser considerada correta por um não-especialista; e (3) quando todos afirmam que não existem bases suficientes para a existência de uma opinião positiva, o homem comum faria melhor se suspendesse seu julgamento.<sup>4</sup>

É necessário assumir que um determinado agente A, age conforme uma crença B, e se a crença B, não contiver evidências consensuais para sua afirmação, provavelmente A agindo conforme B, estaria mais propenso a errar. Digamos por exemplo que estou convicto de que fumar tabaco não prejudica minha saúde, pois todos os fumantes que eu conheço ou conheci não apresentam, nem apresentaram problemas de saúde pelo fumo. Portanto, pode-se concluir que cigarros não fazem mal à saúde, e passo a fumar. Vejamos, este pequeno exemplo parece óbvio demais, (sabe-se que há consenso mundial de especialistas quanto aos malefícios do cigarro direta ou indiretamente) entretanto, se usado de modo análogo a outras crenças complexas como, por exemplo, a real situação econômica do país, teremos uma “solução” mais refinada para uma questão não consensual. Vejamos: se constantemente se lê em jornais e revistas que o país apresenta argumentos para a crença de que o Brasil está em uma grande crise econômica, e, no entanto, ao se ouvir o pronunciamento da presidência ou do ministro da fazenda noto que há argumentos tão convincentes quanto os jornais, mas em oposto, afirmam que o país esteja em constante crescimento. Em que se deve acreditar? Para o homem comum citado pelo filósofo seria melhor suspender o juízo, mas e para os jovens estudantes, no que devem crer?

---

<sup>4</sup> RUSSEL, Bertrand. *Ensaio Céticos*. P 16

## 5. A investigação.

Ao se deparar com o problema acima, as primeiras reações do jovem poderiam ser ao menos duas: ignorar o problema completamente, ou, buscar mais opiniões especializadas para que ele não corra o risco de crer em uma falsidade, ou crer em uma verdade por puro acaso (de modo insuficientemente justificável); mas, a segunda opção parece sair de um conto de fadas. Por que não se encontra esta postura investigativa com facilidade nos jovens estudantes? É válido ressaltar que os professores do ensino em massa e que servem a propósitos estatais, também receberam uma formação “não investigativa”, portanto, eles próprios não estão dispostos a reavaliar suas crenças constantemente, ou perder alguma autoridade por deixar um aluno sem resposta sobre a veracidade de determinada proposição ou mesmo ousar contradizê-lo. No caso de uma tentativa do professor de responder a pergunta acima, se o mesmo tivesse certas inclinações políticas, sua resposta certamente poderia conter traços desta inclinação ao realizar juízos. O professor descobre em sua formação que o conhecimento é algo pronto, e igualmente foi induzido a crer em determinados juízos sem uma dose de ceticismo, mesmo que na afirmação ou negação das impressões que seus mestres lhe impuseram. Aprenderam pela falta de liberdade de um sistema que determina corolários às hipóteses, que professores detêm um conhecimento universalizável, e que sempre estaria errado até que se tornasse um (a menos que concordasse com eles). Portanto, parece ingênuo que todos ou a maior parte dos professores que são formados desta maneira, saibam instigar os seus alunos a obterem respostas por um processo investigativo infinito que é a educação enquanto autocrítica e auto formação.

## **5.1 Quebrando regras.**

A primeira pergunta que o leitor talvez faria é se a educação tradicional é refém de interesses políticos. Os políticos determinam que tipo de cidadão gostariam de formar, e este cidadão é o cidadão que colabora com um determinado modelo econômico, que por sua vez mantém a mesma sistematização educacional. Então como sair deste ciclo vicioso? Qual ação deveria ser tomada, e por quem? Em qual direção? Para responder a esta pergunta, talvez os professores devessem voltar aos gregos e adotar uma pequena máxima socrática de que “a vida sem reflexão não merece ser vivida”.

Não há possibilidade de defender uma moral cética epistemológica se o próprio professor não estiver disposto a demonstrar aos seus alunos que tanto suas próprias certezas, quanto a certeza de que certos conhecimentos podem e devem sempre estar acessíveis à dúvida, e que a medida mais racional que se pode ter diante de conhecimentos não consensuais é abster-se de uma opinião; porém, esta última parte caberia apenas ao homem comum que Russel denomina. Os jovens estudantes, se pelo exemplo, compreendessem o conhecimento como uma construção autônoma do saber, (como quase que por natureza) estes jovens teriam uma inclinação para afirmar sua identidade (seus saberes) apenas se o professor conseguisse demonstrar que há argumentos contrários tão consistentes em questões complexas sobre o conhecimento; deste modo incitar a curiosidade entre os jovens pela busca de respostas mais conclusivas e concomitantemente assumir uma posição axiológica que sempre estaria disposta a rever-se enquanto passível de erro. “A fagulha da investigação cética”, poderia por analogia se expandir durante e depois de toda sua formação básica e superior quebrando regras de um sistema assentado.

Voltando ao exemplo sobre a situação econômica do Brasil. Ao invés de se adotar uma posição precipitada, crendo em algo insuficientemente

justificado, o professor poderia, por exemplo, ir além da dicotomia e apresentar opiniões de outros países, a conferir análises de crescimento externos (como valores de IDH, ou PIB, da ONU ou FBI, por exemplo), assim, teríamos mais critérios de correções e poderíamos estar mais seguros de afirmar determinada crença.

Com base nesse modelo cético, até as questões das ciências “exatas” podem ser abordadas. Todos deveríamos ter aprendido que embora as leis Newtonianas tenham revolucionado a maneira como a física enxergava os movimentos - gravidade, força, velocidade, massa, etc -, estas leis são completamente insatisfatórias para descrever o movimento subatômico, contradizendo não só leis físicas como as leis da lógica, onde o mesmo objeto poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo. Ainda sobre Newton, a lei da gravidade que se mostrou funcional durante alguns séculos para descrever o movimento da força exercida sobre os corpos em direção ao centro da terra, foi contestada por Einstein ao demonstrar, pela deflexão da luz, que o princípio da força na realidade não é exercido “puxando” os corpos, mas sim, “empurrando-os”, devido a pressão exercida pela “malha espaço-tempo”.

Como estes exemplos existem outros milhares em cada área do saber humano, mostrando que a história do conhecimento esteve e está em permanente mudança. Então, por que aprendemos nas escolas a crer em determinadas posições científicas como dogmas? Não é conveniente aos modelos da educação que os cidadãos aprendam a fazer interpretação do mundo de modo passível e não investigativa? Não seria um modelo que implica em certo conformismo, com apelos emocionais em detrimento do interesse de algumas pessoas? “Compre”, “veja”, “leia”, “assista”, “faça isso”, “não faça aquilo”, “acredite nisso”, “não creia nisso” etc. Se é verdadeiro que estamos condenados a ser livres, como queria Sartre (1973), estaríamos capacitados a escolher

realmente, ou somos levados a crer? O quanto o sistema de ensino é capaz de proporcionar esta ferramenta existencial, que é a saga da afirmação axiológica?

## 6. Conclusão

Se o objetivo desta investigação foi concluído, o leitor deverá ter mais dúvidas do que respostas depois da leitura. Embora a investigação não responda a todas as implicações que poderiam ser levantadas contra a investigação cética, (ou moral cética) este não foi o objetivo. Repensar modelos educacionais que possam ser pautados em oferecer ferramentas de capacitação em uma investigação é o objetivo, de modo a proporcionar uma conduta mais autônoma, racional, e “livre” dentro de uma sociedade. O modelo cético de Bertrand Russel pode ser uma excelente ferramenta deste tipo, não só por colocar em dúvida as possibilidades de um saber mas, também, como uma fórmula possível para aquisição de crenças mais racionais. Propor um modelo crítico e autocrítico é fundamental para que os seres humanos convivam de maneira pacífica, ativa

### Referências bibliográficas:

- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: antiguidade e idade média*. São Paulo, 1990.
- RUSSEL, Bertrand. *Ensaio Céticos* (Tradução de Marisa Motta). Porto Alegre, 2008.
- SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo, 1973.